



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Gestão Estratégica
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados
Câmara Temática de Tecnologia da Informação

ATA DE REUNIÃO

Ao vigésimo oitavo dia do mês de maio do ano de 2025, às 14h00, em formato híbrido (Presencial e por meio da Plataforma Microsoft Teams), na sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na Sala 214, Sala de Reuniões da SSC, Bloco F, Anexo A, Esplanada dos Ministérios, realizou-se a 6ª Reunião da Câmara Temática de Apoio à Governança de Serviços Compartilhados de Tecnologia da Informação - CTTI, sob a Presidência do Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor de Tecnologia da Informação, com o comparecimento dos membros da CTTI e demais convidados, conforme listas de presenças anexas (50895022 e 50895024).

I. ABERTURA

A reunião foi oficialmente aberta pelo Presidente do colegiado, Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor de Tecnologia da Informação, que iniciou cumprimentando os participantes e, logo após, já iniciou a apresentação da pauta com os seguintes itens:

1. Salas de Videoconferência via ColaboraGov
2. Licenciamento Microsoft via ColaboraGov
3. Manual da Ouvidoria
4. Segurança da Informação (Gestão de SI, Plano de Capacitação e ETIR)
5. Atualizações nas Contratações de TI

II. APRESENTAÇÃO DA PAUTA

Antes de iniciar a apresentação da pauta Sra. Sued pediu a palavra para falar da pesquisa sobre o ColaboraGov. O Sr. Alisson aproveitou para solicitar a participação dos membros na pesquisa, enfatizando a importância de responder e disseminar a pesquisa entre os colaboradores dos Ministérios. O link da pesquisa foi compartilhado no chat da reunião.

Item 1. Salas de Videoconferência via ColaboraGov

O Presidente passou a palavra ao Sr. Alisson Neres Lindoso, Coordenador-Geral de Relacionamento em Serviços Tecnológicos, para tratar sobre a pauta de salas de videoconferência via ColaboraGov.

O Sr. Alisson Neres Lindoso iniciou explicando o funcionamento das salas de videoconferência via ColaboraGov, demonstrou o layout das salas, pequenas, médias e grandes, também destacou que do pacote de oito salas iniciais, duas salas são destinadas ao compartilhamento e que estão disponíveis para

todos os Ministérios. O Sr. Luciano Franceschi de Azevedo perguntou como funcionava a reserva dessas salas, o qual foi informado que a plataforma Poly Lens da HP faz o gerenciamento e essa solução será analisada.

Quanto ao licenciamento Microsoft via ColaboraGov, Sr. Alisson destacou a necessidade de homologação técnica e de segurança do contrato de licenciamento de software da Microsoft via ColaboraGov, bem como ressaltou a economicidade que esse contrato apresenta.

Item 2. Licenciamento Microsoft via ColaboraGov

O Sr. Alisson Neres Lindoso apresentou as licenças consideradas em primeira ordem de serviço, explicando que tem software licenciado e não licenciado e as suas distinções estão no catálogo. Informou que houve um trabalho de levantamento quantitativo, demonstrando uma tabela com os códigos da Microsoft que corresponde a 3/4 dos itens do contrato. Também aproveitou para pedir desculpas pelas demandas retidas e informou que novas ordens de serviço serão emitidas em breve.

Item 3. Manual da Ouvidoria

O Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, atendendo o pedido realizado em outros colegiados, apresentou o guia para tratamento de demandas de ouvidoria do ColaboraGov, explicando que o documento estabelece protocolos internos para encaminhamento e tratamento de demandas. O Sr. Luciano Franceschi de Azevedo perguntou sobre o propósito/foco desse documento, o Diretor de Tecnologia da Informação explicou que o documento estabelece um protocolo para os casos em que a informação será tratada pelo MGI ou por outro Ministério do ColaboraGov. O link de acesso ao guia foi disponibilizado no chat da reunião.

Item 4. Segurança da Informação (Gestão de SI, Plano de Capacitação e ETIR)

O Sr. Rogério Gabriel Nogalha informou sobre o tratamento da minuta do normativo que foi encaminhada ao grupo técnico para tratar a gestão da segurança da informação no ColaboraGov. Mencionou que recebeu contribuições do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP e do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços - MDIC, e informou que os ajustes foram realizados e que o documento será submetido à avaliação jurídica, para posterior submeter para aprovação do CGDSI, assinatura dos membros e publicação.

Também apresentou o plano de comunicação e de capacitação em segurança da informação, que foi aprovado na 3ª Reunião Ordinária do CGDSI, para um período de vinte e quatro meses, iniciando em janeiro de 2025, com uma campanha de 6 meses, com quatro ciclos, contando com o apoio da comunicação da secretaria de serviços compartilhados. A campanha abrange o MGI e órgãos do ColaboraGov, e apresenta o Slogan "Informação: proteger é da sua conta", cada início de mês inicia uma nova campanha com envio do material por meio dos canais WhatsApp (Seg), Mural (Qua) e E-notícias (Sex).

Sr. Rogério Gabriel Nogalha solicitou que a Sr. Sued complementasse sobre o tema, a qual demonstrou os temas tratados ao longo da campanha, também falou que o intuito da campanha é conscientizar os colaboradores de como está estruturada a segurança da informação no órgão, citou os temas tratados na campanha que iniciou em janeiro e vai até junho: Comitê interno de Segurança da Informação, Gestor de Segurança da Informação, Programa de Privacidade e Segurança da Informação – PPSI, Pensando sobre backup: um atraso ou um aliado, Acesso Seguro: controles que fazem a diferença e Correio Eletrônico: como mantê-lo seguro. No segundo semestre será tratado temas nesse mesmo formato, mas o assunto será sobre Segurança da Informação na Administração Pública, com temas como Plano Nacional de Segurança da Informação, GSI e normativos, e que será reforçado um pouco mais sobre o PPSI e temas similares.

Sobre a Equipes de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR), a Sra. Sued falou da importância de trazer esse tema ao grupo, porque foi uma dúvida do Ministério da Fazenda que surgiu sobre a legislação vigente sobre o tema. Dessa forma, aproveitou para falar que o MGI está finalizando a

revisão do seu normativo de ETIR, mas não possui competência para direcionar os órgãos nessa temática, de modo que a orientação e as diretrizes sobre o tema devem partir dos órgãos de referência que são o GSI, CISC e SGD.

Também falou que a legislação está na política nacional e nos normativos do GSI. Aproveitou para pontuar sobre o CISC que ele possui um serviço de implantação de ETIR, disponibilizando o link para que todos possam conhecer e ter apoio no planejamento, implementação e operação de equipes de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos nos órgãos e entidades. Mencionou sobre a necessidade de alguns órgãos ter várias ETIR, o que gera muitas dúvidas de haver vários centros de segurança da informação, nesse sentido foi colocado como estratégia o estudo da Portaria nº 5.827, DE 18 DE MAIO DE 2021 (Aprova a estrutura do Sistema de Gestão de Segurança da Informação do Ministério da Economia), que vai ser revogada, porque para o MGI não faz sentido, mas ela serve de modelo para quem quiser estruturar sua ETIR.

O Sr. Luciano informou que o MEMP construiu a ETIR utilizando as informações que tem no CISC, e que a norma já foi publicada, disponibilizou o link da publicação para servir de referência. Sr. Danilo no sentido de também colaborar informou que a ETIR do MDIC já está quase pronta e que foi observado o modelo do MEMP. O Sr. Daniel aproveitou o momento para também informar que no MPS foi instituída a ETIR pelo Ministro e já está em ação.

Item 5. Atualizações nas Contratações de TI

O Sr. Sebastião iniciou apresentando as atuais planejamentos de contratações, demonstrou um dashboard que projetiza as contratações desde 2023, demonstrando que, do total de 33 projetos, 17 estão em andamento. Também destacou o cronograma trimestral para aquisição de dispositivos e serviços de TI. Mencionou que a contratação de serviços de computação em nuvem está em fase de consulta e que o processo está fora da DTI. O Sr. Goudim perguntou sobre a substituição do contrato com a First Decision e o Sr. Rogério explicou que está em estudo uma nova contratação nos moldes do contrato atual, mas que o contrato vigente será mantido até fevereiro de 2027. O Sr. Olimpio também surgiu com uma dúvida sobre a contratação de nuvem 3.0, se haverá notificação aos órgãos. Foi respondido pelo Sebastião que algumas informações estão sendo levantadas, que a IRP foi prorrogada e que vai ser alinhado internamente como se dará essa comunicação.

Sebastião comunicou que encaminhou uma agenda para tratar de algumas demandas de Infraestrutura, principalmente para levantamento de interesses e que conta com a participação dos colaboradores.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizado todos os pontos da pauta, o Presidente agradeceu a participação de todos colocando a Diretoria à disposição para ajudá-los no que precisarem.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata por Marilda Rohod, da equipe da secretaria-executiva da CTTI, que após aprovada, será assinada eletronicamente pelo presidente do colegiado, Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, e disponibilizada no portal do MGI.

ID	ÓRGÃO	MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES	CONVIDADOS E PARTICIPANTES EXTRA	TOTAL

	[nome e sigla do órgão]	[informar “1” para presença do titular ou “0” para ausência]	[informar “1” para presença do suplente ou “0” para ausência]	[somatório das pessoas convidadas ou participantes adicionais por órgão]	[somatório das pessoas presentes por órgão]
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	1	1	6	8
2	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC	1	1	1	3
3	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC	1	0	0	1
4	Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO	0	1	0	1
5	Ministério da Fazenda – MF	0	1	1	2
6	Ministério da Igualdade Racial – MIR	0	1	0	1
7	Ministério do Esporte – MESP	1	0	0	1
8	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – MEMP	1	1	0	2
9	Ministério dos Povos Indígenas – MPI	0	1	0	1
10	Ministério das Mulheres – MM	0	0	0	0
11	Ministério de Portos e Aeroportos – MPOR	0	0	0	0
12	Ministério da Previdência Social – MPS	1	1	0	2
13	Ministério do Turismo – MTUR	1	1	0	2
Total		7	9	8	24

Quórum de instalação da reunião	11 membros	11/13 = 85%
---------------------------------	------------	-------------

Quórum de deliberação da reunião	11 membros	11/13 = 85%
----------------------------------	------------	-------------



Documento assinado eletronicamente por **Marilda Rohod, Coordenador(a)**, em 02/06/2025, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor(a)**, em 02/06/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50895025** e o código CRC **1E3D0EB6**.

Referência: Processo nº 19962.000390/2025-34

SEI nº 50895025